

## Economia

## TAXA DE MARINHA

# Ministério Público entra na Justiça contra reajuste

OAB também anunciou que vai dar apoio à ação civil pública movida pelo Conselho Popular de Vitória (CPV)

Samantha Dias

A Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Espírito Santo (OAB-ES) e o Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES) vão entrar na Justiça contra o reajuste na cobrança da taxa de marinha. Os dois órgãos anunciaram, ontem, apoio à ação civil pública movida pelo Conselho Popular de Vitória (CPV).

Por meio da ação, a CPV pede esclarecimentos à Superintendência do Patrimônio da União (SPU-ES) quanto aos cálculos que deram origem ao reajuste que superou 500% na cobrança da taxa nesse ano.

De acordo com o advogado autor da ação, Rafael Teixeira de Freitas, a Justiça intimou a União a, no prazo de até 72 horas, se manifestar a respeito do pedido de liminar do CPV. O prazo termina amanhã, mas será considerado até a próxima segunda-feira.

“Depois que as duas partes foram ouvidas, a juíza vai dar a decisão sobre a validade desse reajuste. Nossa expectativa é que o resultado seja dado até o dia 10 deste mês, quando começa a vencer a cobrança das taxas”, afirmou Freitas.

A ação também tem o apoio do deputado federal Lelo Coimbra, que disse que a parceria com o MPF/ES e a OAB-ES é fundamen-



REGIÃO DE BENTO FERREIRA, em Vitória, um dos locais onde há cobrança da taxa de marinha em Vitória

tal para um resultado positivo na ação.

“Em vez de entrar com novas representações na Justiça, eles decidiram apoiar a ação da CPV, quando perceberam que os questionamentos quanto à cobrança são fundamentados e coerentes”, disse o deputado.

O conselheiro da OAB-ES José Ildo Garcia disse que o órgão também está integrando outra ação, movida por parte do MPF, que pede a aplicação da emenda 46/2005, no que tange a isenção da cobrança dos terrenos situados na ilha de Vitória.

“Essa já é uma luta antiga, mas manifestamos que daremos todo apoio para suspender essa cobrança”, afirmou Garcia.

O superintendente substituto da SPU, Anselmo de Magalhães Barbalho, confirmou que a União foi notificada pedindo esclarecimentos quanto aos cálculos de reajuste da cobrança da taxa.

“O que aconteceu é que havia uma diferença muito grande, em alguns bairros, do valor do metro quadrado que era cobrado pela União com a planta da prefeitura. A cobrança tem que ser, no mínimo, igual”, disse Barbalho.

Segundo ele, no prazo, a SPU vai explicar todo o processo de reajuste e o motivo pelo qual tem de adotá-lo.

## OS NÚMEROS

# 72 horas

é o prazo para a SPU se manifestar

# 500%

chegou o aumento da taxa

## ENTENDA O CASO

### Ação

- > O CONSELHO POPULAR de Vitória (CPV) entrou com liminar na Justiça pedindo que a Superintendência do Patrimônio da União (SPU-ES) preste esclarecimentos quanto aos cálculos de reajuste na taxa de marinha.
- > O MPF/ES E A OAB-ES manifestaram, ontem, que vão dar apoio à ação, por também considerarem que a União deve esclarecer os cálculos.

### Reajuste

- > O REAJUSTE DA TAXA chegou a mais de 500%, em alguns casos.
- > A SPU DISSE QUE a variação aconteceu porque havia uma defasagem nos valores cobrados pela União e na planta da prefeitura, em alguns bairros.
- > A EQUIPARAÇÃO teria dado origem aos novos valores cobrados.

### Prazo

- > A UNIÃO FOI INTIMADA na tarde da última quinta-feira a se manifestar a respeito do pedido de liminar.
- > COM O PRAZO DE 72 horas, o tempo termina amanhã, mas será considerado até a próxima segunda-feira.

### Suspensão da cobrança

- > A OAB-ES TAMBÉM manifestou ontem que vai integrar outra ação do MPF/ES que pede a suspensão da cobrança para os terrenos situados na ilha de Vitória.
- > A AÇÃO SE BASEIA na alegação de que terrenos situados em ilhas costeiras sedes de municípios não pertencem aos bens da União.

### Número de imóveis

- > EM TODO O ESTADO, incide a cobrança da taxa de marinha sobre 60 mil imóveis.
- > DESSES, 50 mil estão localizados em Vitória.
- > A COBRANÇA das taxas começa a vencer na próxima sexta-feira. A expectativa é que a decisão da Justiça seja dada até esse dia.

Fonte: MPF/ES, OAB-ES, CPV e SPU.